

ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E SUAS REVERBERAÇÕES NA VIDA ADULTA

Breno Alves Calil¹

Leticia Pereira Belo²

Vinicius Novais Gonçalves de Andrade³

RESUMO: O abuso e a exploração sexual infantil é uma realidade da sociedade brasileira, um fenômeno cercado de tabus e efeitos nas vidas das vítimas. Este artigo busca esclarecer, teoricamente, o conceito de abuso sexual na infância e suas consequências na vida adulta do sujeito, ou seja, suas implicações emocionais e psicológicas. Trata-se de uma pesquisa com delineamento de revisão narrativa de literatura, baseada em textos considerados importantes para a elaboração das discussões construídas. Os resultados demonstram que grande parte dos abusos acontecem perpetrados por parentes ou pessoas próximas, que algumas vezes as mães são omissas diante da revelação das situações de violência e que essas produzem consequências. Concluímos que os efeitos do abuso sexual infantil vão desde agravos na autoestima, na vida sexual adulta, até à ideações suicidas, indicando que é uma temática que deve ser cada vez mais estudada e pesquisada visando a transformação dessa realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Abuso Sexual. Criança.

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que nenhuma criança poderá sofrer qualquer tipo de violência ou exploração, garantindo a crianças e adolescentes o direito à liberdade, respeito e dignidade (BRASIL, 1990), entretanto nem sempre esses direitos são respeitados.

A violência sexual infantil é um exemplo disso, tratando-se de um problema mundial e que acontece sem qualquer distinção de classe econômica, crença, raça ou gênero. Todos os anos inúmeras crianças sofrem abuso sexual por parte de familiares ou não. Esta violência é caracterizada por atos com finalidade sexual, podendo ser nociva à dimensão física e/ou psíquica. Distingue-se a violência sexual em dois aspectos diferentes, o abuso sexual e a exploração sexual.

¹ Acadêmico do 4º Período de Psicologia da Faculdade Alfredo Nasser. E-mail: breno@diariodeaparecida.com.

² Acadêmica do 4º Período de Psicologia da Faculdade Alfredo Nasser. E-mail: letbelo8@gmail.com.

³ Docente da Faculdade Alfredo Nasser. Estágio Pós Doutoral pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás com período de Estágio Doutoral Sanduiche na Universidade do Porto – Portugal. E-mail: viniciusnovais@unifan.edu.br.

A exploração sexual é definida como o interesse comercial a partir da prática ou exibição sexual da criança ou adolescente (FLORENTINO, 2015, p. 139). Segundo o ECA, é crime o favorecimento da prostituição infantil bem como qualquer forma de submissão a prática sexual de crianças e adolescentes, sendo penalizado também responsáveis pelo ambiente onde se encontrar tais práticas sendo cometidas (BRASIL, 1990).

O abuso sexual infantil (ASI), por sua vez, é caracterizado por uma situação que a criança ou adolescente é utilizado para realização de práticas de prazer sexual, podendo ser toques e/ou carícias nas mamas, genitália ou anus, existindo ou não penetração (CDPPS, 2007, *apud* KRINDGES; MACEDO; HABIGZANG, 2016). Segundo o Ministério da Saúde, também pode ser considerado como abuso sexual o exibicionismo, assédio sexual e exibição ou produção de pornografia infantil (BRASIL, 2002). De acordo com Florentino (2012, p. 139),

O Abuso sexual caracteriza-se por qualquer ação de interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente, podendo ocorrer tanto no âmbito intrafamiliar – relação entre pessoas que tenham laços afetivos, quanto no âmbito extrafamiliar – relação entre pessoas que não possuem parentesco.

O ASI ocorre muitas vezes pelos membros da própria família como tios, primos, padrastos, avós, e até mesmo pelos pais. No âmbito extrafamiliar também ocorre abusos, podendo ser por amigos da família, vizinhos ou até por pessoas estranhas a qual a criança não possua relação de proximidade (FLORENTINO, 2012).

Do ponto de vista das consequências do abuso sexual na infância, tem-se:

Conforme citado por Florentino “Os sintomas atingem todas as esferas de atividades, podendo ser simbolicamente a concretização, ao nível do corpo e do comportamento, daquilo que a criança ou adolescente sofreu. Ao passar por uma experiência de violação de seu próprio corpo, elas reagem de forma somática independente de sua idade, uma vez que sensações novas foram despertadas e não puderam ser integradas (PRADO, 2004 *apud* FLORENTINO, 2015).

Entendendo que o fenômeno da violência contra a criança, mais especificamente o abuso sexual infantil, é um fenômeno de ampla ocorrência em território brasileiro, com amplas consequências para a vida adulta, esse estudo assume o objetivo de apreender e analisar conceitualmente o abuso sexual na infância, bem como descrever seus efeitos para a vida adulta.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de artigos científicos. De acordo com Mattos (2015, p. 5-6),

A revisão de literatura (ou revisão narrativa) é sempre recomendada para o levantamento da produção científica disponível e para a (re)construção de redes de pensamentos e conceitos, que articulam saberes de diversas fontes na tentativa de trilhar caminhos na direção daquilo que se deseja conhecer. A revisão da literatura narrativa ou tradicional, quando comparada à revisão sistemática, apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada e específica, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva.

Os passos seguidos para o acesso ao material teórico foram filtros a partir da criação do ECA no ano de 1990. Não encontrados artigos que delimitava com clareza o ASI e suas reverberações, passou-se um novo filtro a partir do ano de 1998 e qual foram selecionados seis artigos que deram base para o início da discussão e por fim escolhidos quatro que estavam diretamente ligados ao objeto de estudo deste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a construção da revisão bibliográfica foi possível verificar a exposição de conceitos de abuso sexual contra crianças, bem como da existência de consequências físicas, afetivas e sexuais causada em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

O abuso sexual na infância é definido por Christoffell *et al.* (1992, *apud* AMAARRAY; KOLLER, 1998) como um “termo usado para definir uma forma de maus-tratos de crianças e adolescentes, que apresenta tanto violência física como psicológica, geralmente repetitivo e intencional”, isso somado ao caráter sexual dessas violências. Para esses autores o abuso sexual pode envolver o contato físico, caricias e penetração sendo todas essas formas de maus-tratos as crianças e adolescentes. Também são considerados abusos sexuais, as insinuações, exhibições e ou qualquer forma que possa gerar uma agressão psicológica a esse sujeito.

Nos últimos anos, observa-se cada vez mais números de vítimas de abuso sexual infantil, e visivelmente existe um crescente número de casos na mídia sobre o tema. Segundo

Furniss (1993) e Amazarray e Koller (1998), o aparecimento dos casos se dá devido a grande preocupação dos movimentos sociais em prol dos direitos da criança, assim como do meio acadêmico e também a existência de uma atenção maior a saúde psíquica e física de crianças e adolescentes, buscando a preservação de seus direitos. (KRISTENSES, 1996, *apud* AMAZARRAY; KOLLER, 1998).

O abuso sexual infantil, portanto, é cada vez mais noticiado pelos telejornais e selecionado como objeto de pesquisas acadêmicas, possibilitando reflexões sobre o assunto e levando a sociedade a ter uma compreensão sobre o referido fenômeno. É interessante ressaltar que mesmo com os movimentos sociais existentes em prol da garantia de direitos das crianças e adolescentes, “os trabalhos nesse campo são fragmentados, desorganizados e em geral metodologicamente difusos”, (KNUSTON, 1995, *apud* AMAZARRAY; KOLLER, 1998).

Segundo argumento de Amazarray e Koller (1998), o *National Committee for the Prevention of Child Abuse* aponta que foram relatados mais de 150.000 novos casos de ASI (KAPLAN; SADOCK; GREBB, 1997, *apud* AMAZARRAY; KOLLER, 2008), entretanto, esse número pode ser significativamente maior devidos a falta de diagnóstico e o reconhecimento da agressão.

Buscando entender as marcas deixadas pelo ASI, é interessante compreender que o abuso sexual intrafamiliar representa mais da metade do total de abusos, conforme dito por Flores e Caminha (1994) esses representam as piores consequências no sujeito. O abuso sexual além de ser cometido por membros da família por vezes é praticado por pessoas próximas e do círculo de convívio da criança, podendo causar uma situação de maior desconforto e silenciamento, pois na dinâmica entre a criança abusada e o abusador existe uma relação de autoridade e de assimetria de poderes que se dão devido a posição da criança em relação ao adulto, (BLANCHARD, 1996 *apud* AMAZARRAY; KOLLER, 1998). Em alguns casos, as crianças se calam e se sentem culpadas por estarem sendo abusadas sem compreenderem a real situação. Por outro lado, mesmo com medo da reação da família e do abusador, existe a preocupação de algumas vítimas em revelar o abuso, segundo discutido por Amazarray e Koller (1998).

Conforme pesquisa qualitativa desenvolvida em um Centro de Referência a Mulher (CRAM), mulheres relataram que sofreram abuso sexual entre quatro e dezessete anos. Algumas das vítimas dizem ter percebido mudanças no comportamento das mães após contarem dos abusos sofridos pelos companheiros, sem acreditar no que elas diziam acabavam por tratá-las mal. Entre os depoimentos, Rosa, uma mulher que foi abusada dos seis

aos dezesseis anos disse que foi amarrada na cama e acabou apanhando muito, foi forçada a praticar sexo com seu padrasto uma única vez, segundo ela foi o suficiente para que ela engravidasse e tivesse uma filha do abusador, (LIRA *et al.*, 2016).

A situação de abuso expõe as crianças a outros riscos, muitas fogem de casa devido à permanência dos abusos, mesmo após relatarem o ocorrido. Com a sensação de ver o pai como abusador, o risco do uso de álcool e outras drogas é acentuado, conforme relatou Júlia na pesquisa desenvolvida no (CRAM), que se tornou usuária de drogas após ninguém acreditar em suas narrativas como vítima de abuso. Outras crianças relataram baixa autoestima, desgosto em viver, sentiam-se com sensação de ‘ser lixo’. Algumas relataram o desejo de experimentar a atividade sexual antecipadamente, a existência de uma confusão quanto a identidade sexual (orientação sexual). Outras passaram por depressão e ideação de suicídio (LIRA *et al.*, 2016).

Devido ao medo de prejudicar legalmente seus companheiros, algumas das mulheres/mães sentem receio em denunciá-los. Outra preocupação é a de causar prejuízos nas relações familiares e, possivelmente, econômica, uma vez que várias destas mulheres dependem financeiramente de seus companheiros. Portanto, diante de situações de abuso sexual envolvendo suas filhas, algumas mães se calam.

Do ponto de vista dos efeitos, ou consequências negativas para a vida da vítima de abuso sexual, Romaro e Capitão (2007 *apud* FLORENTINO, 2015, p. 2) ressaltam: “O que se observa na literatura existente é a concordância entre os especialistas em reconhecer que a criança vítima de abuso e de violência sexual corre o risco de uma psicopatologia grave, que perturba sua evolução psicológica, afetiva e sexual”.

Sintomas de uma criança que sofreu abuso podem ter relações com o comportamento sexual inadequado, caracterizado por brincadeiras de natureza sexual, masturbação em excesso, descobrimento sexual inadequado para idade, introdução de objetos no ânus ou vagina, interesse de estimulação sexual nela ou em outra pessoa. Devido a criança ter tido seu corpo violado sexualmente, seu desenvolvimento sexual e mental é prejudicado, ou seja, ela não sabe fazer o filtro do lugar, idade ou pessoas adequadas para esses atos. Por sua fase de desenvolvimento, ela não compreende com clareza o que está ocorrendo e esses atos não podem ser considerados como sintomas de perversão, (FLORENTINO, 2015).

Jovens e adultos que sofreram abuso sexual infantil podem ter consequências para sua vida sexual, como por exemplo, a diminuição do desejo sexual, disfunções sexuais, aversão sexual, impotência sexual, ejaculação precoce, impulso sexual excessivo, (ROMARO; CAPITÃO, 2007, *apud* FLORENTINO, 2015), o que nos permite elucidar que as

consequências do abuso sexual infantil não são apenas a curto, mas, também, a médio e longo prazo.

4 CONCLUSÕES

Esse estudo, de delineamento de revisão narrativa de literatura assumiu como objetivo de pesquisa apreender e analisar conceitualmente o abuso sexual na infância, bem como descrever alguns de seus efeitos para a vida adulta.

Concluimos que o abuso sexual infantil é um fenômeno que afeta crianças independentemente de classe social, gênero e raça. Avaliamos que as consequências dos abusos são inúmeras e devastadoras, podendo ocasionar disfunções sexuais, riscos de problemas mentais e físicos e a fragilização das relações familiares, quando a criança abusada não consegue amparo, tanto antes de narrar as situações de abuso, quanto depois, por não ter sua fala como de credibilidade. Concluimos também que os abusos sexuais proporcionam prejuízos não na infância, mas também em outros momentos da vida do sujeito, o que nos leva a reflexão de que mais estudos, pesquisas sobre essa temática sejam realizadas para que novas políticas públicas sejam estruturadas e efetivadas objetivando a redução dessas violências.

REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, Mayte R.; KOLLER, Silva H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia Reflexão Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**. 3. ed. ABRAPIA, Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Abuso_Sexual_mitos_realidade.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 05 ago. 2019.

FLORENTINO, Bruno. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Revista de psicologia**, São João del-Rei, v. 27, n. 2. p. 139-44, maio-ago. 2015.

KRINDGES, C. A.; MACEDO, D. M.; HABIGZANG, L. F. **Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas**. São Leopoldo: Contextos Clínicos, jan.-jun. 2016.

LIRA, Margaret O. S. C. *et al.* Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Texto Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 26, n. 3, 2017.